



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

CINECLUBISMO NO BRASIL E NA BAHIA CONTEMPORÂNEA: NOTAS HISTÓRICAS E DE PESQUISA EM ANDAMENTO

Raquel Costa Santos*
(UESB)

Talita Nobre Pessoa**
(UESB)

Rayssa Fernandes Coelho***
(UESB)

RESUMO

Este trabalho apresenta alguns recortes do itinerário de pesquisa do projeto “Circuitos alternativos de exibição: um mapeamento a partir das políticas públicas de incentivo para cineclubes, mostras e festivais na Bahia contemporânea”, mais especificamente com relação aos cineclubes. O texto pontua um breve percurso histórico do cineclubismo no Brasil e na Bahia e dados da configuração atual, a partir da retomada nos anos 2000, quando se empreendem políticas de incentivo do Ministério da Cultura e da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

PALAVRAS CHAVE: Cineclubes. Cineclubismo. Políticas Culturais.

*Doutoranda em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Analista universitária da Uesb. Pesquisadora dos grupos de pesquisa Cinema e Audiovisual: memória e processos de formação cultural (Uesb) e Cultura, Memória e Desenvolvimento (UnB). Projeto de Pesquisa: “Circuitos alternativos de exibição: um mapeamento a partir das políticas públicas de incentivo para cineclubes, mostras e festivais na Bahia contemporânea”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Milene Silveira Gusmão e financiado pela Uesb. E-mail: quelcosta9@hotmail.com.

** Graduada em Comunicação Social-Jornalismo pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Técnica (assistente de pesquisa) do grupo de pesquisa Cinema e Audiovisual: memória e processos de formação cultural (Uesb). Projeto de Pesquisa: “Circuitos alternativos de exibição: um mapeamento a partir das políticas públicas de incentivo para cineclubes, mostras e festivais na Bahia contemporânea”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Milene Silveira Gusmão e financiado pela Uesb. E-mail: talitanobrepessoa@gmail.com

***Graduada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Técnica (assistente de pesquisa) do grupo de pesquisa Cinema e Audiovisual: memória e processos de formação cultural (Uesb). Projeto de Pesquisa: “Circuitos alternativos de exibição: um mapeamento a partir das políticas públicas de incentivo para cineclubes, mostras e festivais na Bahia contemporânea”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Milene Silveira Gusmão e financiado pela Uesb. E-mail: rayssafernandescoelho@gmail.com.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui proposto apresenta algumas discussões empreendidas nas atividades do Grupo de Pesquisa em Cinema e Audiovisual: Memória e Processos de Formação Cultural, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, e mais precisamente em torno do projeto de pesquisa a ele vinculado, intitulado “Circuitos alternativos de exibição: um mapeamento a partir das políticas de incentivo para cineclubes, mostras e festivais de cinema na Bahia contemporânea”. Embora o projeto também contemple as mostras e festivais, deteremo-nos aqui a tratar dos cineclubes ou do cineclubismo, aqui entendido como prática cineclubista e não necessariamente como articulação ao movimento cineclubista institucionalizado.

Tal qual empreendido pelo grupo, dada a constatação de dissensos históricos e discursivos que se apresentam, o primeiro exercício aqui tende à compreensão da prática cineclubista, a partir do delineamento, ainda que breve, de um percurso histórico-conceitual do cineclubismo no Brasil. Depois disso, procede-se uma abordagem sobre o cineclubismo na Bahia, a partir do registro da trajetória do pioneiro e já extinto Clube de Cinema da Bahia e, num salto cronológico, os dados, ao menos quantitativos, do que foi preliminarmente pesquisado acerca dos cineclubes na atualidade.

Por fim, pontuam-se as políticas públicas voltadas ao incentivo dos cineclubes como circuitos alternativos de difusão audiovisual no Brasil e na Bahia e os caminhos a serem seguidos pela pesquisa acima citada no cumprimento a um dos seus objetivos, qual seja a identificação dos cineclubes que se estruturaram no Estado com recursos destinados pelos editais de apoio tanto do Ministério da Cultura (MinC) quanto da Secretaria de Cultura da Bahia (Secult).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

É importante ressaltar que, dado que o empreendimento da pesquisa encontra-se em andamento, as considerações apresentam-se, em alguma medida, em caráter inconclusivo.

A despeito do esforço quase centenário empreendido por críticos, estudiosos, teóricos, realizadores, amantes do cinema e cineclubistas, ainda encontra dissensos no Brasil a demarcação do que caracteriza um cineclube. A compreensão parece elementar e tal assertiva pode parecer absolutamente dispensável, mas tanto não é que ainda há pouco mais de cinco anos, a Agência Nacional de Cinema (Ancine), como autarquia reguladora vinculada ao Ministério da Cultura, publicou a Instrução Normativa Nº 63, de 2 de outubro de 2007, que define cineclubes e estabelece normas para o seu registro na agência (facultativo). O primeiro artigo da instrução diz: “Os cineclubes são espaços de exibição não comercial de obras audiovisuais nacionais e estrangeiras diversificadas, que podem realizar atividades correlatas, tais como palestras e debates acerca da linguagem audiovisual”. E o terceiro esclarece o dever de constituírem-se “sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, em conformidade com o Código Civil Brasileiro e normas legais esparsas, aplicando seus recursos exclusivamente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos [...]”, com um parágrafo de ressalva: “Não será acolhido o requerimento de registro de entidades de natureza diversa à prevista no *caput* deste artigo” (AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA, 2007).

Podemos depreender que essa necessidade normativa diz respeito a tensões e disputas que se estabelecem na legitimação discursiva com vistas ao reconhecimento público e o que dele provém, seja na esfera dos grupos instituídos com menor ou maior vinculação à atividade, seja na esfera da sociedade como um todo, seja na esfera dos governos, e, claro, no entrecruzamento de todas elas e suas ramificações simbólicas e objetivas. Em última instância, isso diz respeito, por exemplo, a quem tem e quem não tem vez e voz como representante da difusão da



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

arte e da cultura cinematográfica e audiovisual frente à sociedade ou junto às entidades representativas da atividade cineclubista e aos órgãos governamentais.

Em termos históricos e historiográficos do cinema no Brasil, alguns defendem que os encontros anônimos como os que eram realizados por estudantes na então capital do Brasil, ainda nas primeiras décadas do século XX, que, depois de frequentarem as sessões de cinema, reuniam-se para discutir os filmes, já caracterizavam “métodos cineclubistas consagrados” (GATTI, 2000, p. 128). É comum encontrarmos nas fontes que tratam de uma história do cineclubismo no Brasil (BUTRUCE, 2003; GATTI, 2000; MACEDO, 2004), a informação de que teria sido o Chaplin Club o primeiro cineclubes brasileiro, fundado em 1928, no Rio de Janeiro. Na Enciclopédia do Cinema Brasileiro, Gatti (2000, p. 128) afirma ter sido o Chaplin Club “o mentor da cultura cineclubista no Brasil, herdeiro da tradição da vanguarda francesa”. Em concepção distinta, Silveira (1965, s/p) argumenta que o “estilo” do Chaplin Club não o fazia realmente um clube de cinema:

Era uma sociedade hermética, na qual uns intelectuais de eleição, alguns mais tarde romancistas, políticos e mestres universitários muito admirados, discutiam sozinhos problemas estéticos que depois divulgavam sem repercussão numa pequena revista, “O Fan”. Seus diretores e colaboradores, Otávio de Faria, Santiago Dantas e Plínio Sussekind Rocha entre outros do mesmo nível, não selecionavam filmes para projeção interna, limitavam-se a vê-los nas salas comerciais. Associação teórica e crítica, o “Chaplin Club” nunca exerceu o papel de revelador ou revisor que deve caracterizar um clube de cinema. Pois, como tanto se tem dito, o círculo de cinema está a serviço da cultura cinematográfica, isto é, do cinema **tout court**, e o cinema existe em razão do filme, sendo em consequência o primeiro problema saber que filme, começando-se pela seleção para completar-se pelo debate e pela crítica. Clube de cinema jamais será aquele que não projete filme nem o que não discuta: fazer-se necessário unir a teoria à prática.

Por essas considerações, tem-se o registro de que o Clube de Cinema de São Paulo, fundado em 1940, foi aquele que adotou, pioneiramente, “características próprias” de um cineclubes, com exhibições de clássicos e debates (SILVEIRA, 1965).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Em pouco tempo, o clube foi interditado pela censura do Estado Novo. Seis anos mais tarde, surgiu o segundo Clube de Cinema de São Paulo, cujo acervo constituiu, em 1949, a Filmoteca do Museu de Arte Moderna (MAM) e, em 1956, a Cinemateca Brasileira (SILVEIRA, 1965; GATTI, 2000; CINEMATECA BRASILEIRA, 2013).

A partir de então, com o mesmo modelo do Clube de Cinema de São Paulo, começaram a surgir cineclubes em diversos lugares do país. Ao final dos anos 1950 e início dos anos 1960, os cineclubes começaram a se organizar em torno de federações. Em 1965, num texto distribuído durante a V Jornada Nacional de Cineclubes⁵³⁵, em Salvador, Walter da Silveira, fundador do Clube de Cinema da Bahia, contabiliza as federações Norte-Nordeste, a gaúcha, a mineira e a fluminense e explica: “Essa unificação provém de uma necessidade crescente. [...] todos sentem que sem federalizar-se não podem enfrentar os problemas contemporâneos do cineclubismo”. E aponta para uma relação dessa necessidade com o caráter histórico, mnemônico e estético do cinema:

Antigamente, ficava para os **cinéclubs** a glória dos filmes proibidos pela censura ou repudiados pelo comércio. Agora, sobressai a tarefa de focalizar a origem e a evolução do cinema, suas fontes e etapas, disciplinando a consciência do espectador para a compreensão do presente pelo passado. Porque, atualizando uma afirmativa de Glauco Viazzi, o cinema é o primeiro filme dos irmãos Lumière e o último filme de Michelangelo Antonioni, as velhas comédias de Chaplin e o mais recente filme de Ingmar Bergmann, “A Paixão de Jeanne D’Arc” de Dreyer e “Oito e meio” de Fellini. O clube que não entender essa natureza dialética do cinema se voltará ao insucesso. Entre a função de museu e a captação da modernidade é que está a coerência (SILVEIRA, 1965, s/p).

⁵³⁵ A primeira Jornada Nacional de Cineclubes foi realizada em 1959, sob a promoção do Centro dos Cineclubes (CCC), antigo Centro dos Cineclubes do Estado de São Paulo (CCESP), sob a direção de Carlos Vieira. A II Jornada, também promovida pelo CCC, foi realizada em 1960, em Belo Horizonte. A III Jornada somente ocorreu em 1962, em Porto Alegre, quando foi fundado o Conselho Nacional de Cineclubes (CNC). A V Jornada foi, então, realizada em Salvador, em 1965; a VI, em Brasília, em 1968, e a próxima só seria realizada em 1974, em Curitiba (SILVEIRA, 1965; GATTI, 2000).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Pelos dizeres de Walter da Silveira e pelos dados históricos que se têm, na década de 1960, parecia estar sendo subposta a ideia primordial de cineclube na sua relação com o cinema como expressão artístico-cultural ou da construção de uma cultura cinematográfica. De modo geral, houve uma convergência para a compreensão de cineclubismo como “movimento”, com a federalização dos cineclubes a partir de 1961, e a criação, em 1962, do Conselho Nacional de Cineclubes, mas esse mesmo movimento começou a entrar em declínio, a partir de 1964, com o advento do Regime Militar e da censura. No final dos anos 1960, já não estavam mais em atividades as seis federações regionais compostas até então e o CNC, que agrupava cerca de 300 cineclubes (GATTI, 2000).

Entretanto, a década de 1970 apresentou o cineclubismo politicamente engajado, a reorganização do CNC e a retomada, seis anos depois, em 1974, da Jornada Nacional de Cineclubes, em sua sétima edição, em Curitiba. Até a abertura democrática, em meados da década de 1980, foi, de modo geral, política a motivação de atuação do movimento cineclubista, delineado pela Carta de Curitiba, que propôs, entre outras coisas, o engajamento em prol do cinema brasileiro, o combate à censura e a constituição de uma distribuidora alternativa de filmes⁵³⁶. Surgiram ou ressurgiram, nesse período, diversos cineclubes no país, principalmente em escolas, faculdades, sindicatos, associações e igrejas. A fala de Cosme Alves Neto⁵³⁷ (apud MATELA, 2008, p. 53) é ilustrativa sobre a atividade naquele momento:

De qualquer maneira, sem dúvida a gente estava fazendo essa atividade na área de cinema pensando que ela serviria para uma conscientização política do povo. Tanto assim que uma boa parte desses filmes eram filmes políticos, eram filmes artisticamente perfeitos, muito bons etecetera e tal, mas tinham um enfoque político e a gente notou que quanto mais enfoque político tivesse o

⁵³⁶ Em 1976, o CNC criou a Distribuidora Nacional de Filmes (Dinafilme), para provimento aos cineclubes de filmes em 16 milímetros, que era a bitola frequentemente usada por essas entidades (GATTI, 2000).

⁵³⁷ Cosme Alves Neto foi cineclubista, diretor do Grupo de Estudos Cinematográficos da União Metropolitana dos Estudantes (GEC-UME/RJ), curador e diretor da Cinemateca do MAM-RJ.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

filme mais público ele tinha, porque havia nessa época aqui no Brasil uma sede muito grande de conhecer o que era de esquerda, as posições de esquerda, aquilo era uma espécie de mito e aquilo impressionava muito as pessoas.

Em 1981, ainda sob a ditadura, o Conselho Nacional de Cinema (Concine)⁵³⁸ regulamentou, por meio da Resolução nº 64, a atividade cineclubista e definiu o que é cineclube. Após considerar que “por terem objetivo exclusivamente cultural merecem um tratamento diferenciado, no tocante a sua constituição e registro”, a resolução indica que “os cineclubistas terão por objetivo a promoção da cultura cinematográfica, através principalmente da exibição de filmes, conferências, cursos, inclusive de formação técnico-profissional cinematográfica, produção de filmes para veiculação não comercial, e atividades correlatas” (apud SOUZA, 2008, p. 4306). Para este trabalho, não foi possível investigar os caminhos que levaram a essa resolução, mas, em linhas gerais, pode estar referida a uma necessidade normativo-discursiva acerca do que seria um cineclube e/ou a atividade cineclubista.

Com a abertura democrática, em 1985, muitos cineclubes perderam a função de espaço de discussão e articulação política, como explica o então cineclubista Marco Aurélio Marcondes (2004, p. 25):

Por que houve uma retração do movimento cineclubista? O movimento cineclubista era colírio naquela escuridão, entendeu? A universidade não tinha movimento estudantil [...], as opções eram nada. Quer dizer, a rapaziada jovem tinha o movimento cineclubista... e o movimento ocupou aquele espaço, ele não era mais o lugar de uma discussão diletante de cinema. Ele tinha essa tarefa, essa função secundariamente, porque a rigor era um lugar pra gente se encontrar. No fundo, bem cru, é isso.

⁵³⁸ O Concine foi instalado, por força de decreto, em agosto de 1976, em substituição aos conselhos deliberativo e consultivo do Instituto Nacional de Cinema (INC), extinto em 1975. Tinha como objetivo assessorar o ministro da Educação e Cultura, na formulação da política de desenvolvimento do cinema nacional e, por meio de suas atribuições de orientação normativa e de fiscalização, passou a disciplinar as atividades cinematográficas em todo território nacional, posteriormente definidas como produção, reprodução, comercialização, venda, locação, permuta, exibição, importação e exportação de obras cinematográficas (SIMIS, 2008, p. 1 e 2).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Para Gatti (2000, p.130), aqueles que estavam interessados em um trabalho cultural iniciaram uma nova fase, caracterizada também por outros fatores, como o tipo de equipamento com que operavam os cineclubes, antes com a bitola 16 milímetros e, a partir de então, de forma profissional, com a 35 milímetros. Segundo ele, a “profissionalização” dos cineclubes fez com que essas entidades se descaracterizassem completamente, perdendo os ideais básicos do cineclubismo.

Em 1989, aconteceu a 23ª Jornada de Cineclubes, a última organizada pelo Conselho Nacional de Cineclubes. A crise do cine clubismo coadunou com a crise de exibição e produção do país, quando a cultura foi concebida como “problema de mercado” pelo governo Collor (MARZON, 2009, p.15), impactando diretamente todos os segmentos do cinema brasileiro.

Em 2003, começou uma rearticulação do movimento cineclubista nacional, quando, depois de 14 anos de intervalo, foi realizada, em Brasília, a Jornada Nacional de Cineclubes, em sua 24ª edição. O chamado à reorganização se deu pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (SAV) para o cadastramento de “ex-cineclubistas” a fim da realização do 1º Encontro de Cineclubistas, dentro do 36º Festival de Brasília. Na época, segundo o CNC, havia pouco mais de 30 cineclubes organizados no país (PIMENTEL NETO, 2010, p. 115).

Com reflexos e repercussões em âmbito nacional, o ingresso de Gilberto Gil como ministro da Cultura e Orlando Senna como secretário do Audio visual, em 2003, tem estreita relação com a rearticulação dos cineclubes. Orlando Senna, cineasta que teve sua formação cinematográfica no cineclube, explica, em entrevista à Revista CineclubeBrasil, quando perguntado por que e qual a importância de tal rearticulação:

Porque o cineclube é a maneira mais ativa, coletiva e penetrante de acúmulo de cultura cinematográfica. É a forma mais dinâmica de relacionamento com essa cultura – se, além da assistência aos filmes, a atividade cineclubista incluir, de fato, programação



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

inteligente, informação histórica e crítica sobre os filmes e a reflexão sobre estes. A secretariado Audiovisual está promovendo a reorganização e o desenvolvimento do cineclubismo em todo o país porque está ciente da necessidade de ampliação e aprofundamento do acesso a essa cultura, não apenas no que se refere à formação de artistas, técnicos e platéias, mas também e talvez principalmente no que concerne ao humanismo, à relação de cada um de nós, de todos os brasileiros, conosco mesmo se com os outros, como mundo. O cinema e suas ramificações são fonte de conhecimento, reflexão e espiritualidade (SENNA, 2004, p. 22).

Segundo Moreira, Bezerra e Rocha (2010), ao assumir a SAV, em 2003, Orlando Senna traz consigo um projeto de política para o audiovisual nacional, elaborado em parceria com associações de classe e grupos de produtores, distribuidores e exibidores e que propõe uma maior amplitude das atividades e a articulação dos elos do processo produtivo do audiovisual. Como parte do “Programa Brasileiro de Cinema e Audiovisual: Brasil, um país de todas as telas”, lançado em 2003 e estruturado nos eixos de produção, difusão, formação e memória, e política externa, a proposta da SAV que contempla a atividade cineclubista, dentro do eixo de difusão, inclui os editais de Pontos de Difusão Digital, do Programa Cultura Viva (Pontos de Cultura), do Programa Mais Cultura (Cines Mais Cultura), além da Programadora Brasil (em 2013, o catálogo é de quase mil obras nacionais licenciadas para exibição em entidades que se cadastrem no programa).

Dados do Minc apontam que 90% das cidades não têm sala de cinema e 13% dos brasileiros vão ao cinema uma vez ao ano, mas, em abril de 2012, o Minc contava 1.109 pontos cineclubistas. Em entrevista concedida a Folha de São Paulo, o novo secretário do Audiovisual, Leopoldo Nunes (2013), afirma: “Há um número limitado de cinemas no país, quase 2.500. O ideal seriam 4.000, mas isso não ocorrerá em curto prazo. Vamos investir em formas alternativas de difusão, como os 360 CEUs das Artes que serão construídos, cineclubes, Sescs, praças, pontos de exibição”. A meta nº 30 do Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei nº



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

12.343/2010, prevê a ampliação para 37% o quantitativo dos municípios brasileiros com cineclube, ou seja, 2.082 municípios.

Em termos de registro de memória e história, a maior referência do cineclubismo na Bahia é o Clube de Cinema da Bahia(CCB), que surgiu em 27 de junho de 1950, criado por Walter da Silveira e Carlos Coqueijo Costa. Ensaísta e crítico de cinema, Walter era um defensor do cinema como expressão de arte, contestando a massificação cultural fomentada pelo cinema comercial. Acompanhando a ampliação das práticas cineclubistas pelo país, um ano antes da instituição do Clube de Cinema da Bahia, ele ressalta:

Porque, então, na Bahia não se organiza um clube de cinema? Se há cidade das importantes no Brasil que precise de um clube de cinema é esta. Isto porque, com o domínio do mais baixo mercenarismo nas casas de exibição, sucumbida ao peso do imperialismo cinematográfico americano, raramente se projeta uma película que seja, em verdade, uma obra de arte, em vez de um divertimento, negando-se assim, a quem se interessa pelo cinema como arte, a oportunidade de um contato frequente com as maiores e melhores produções atuais do mundo, de que apenas toma ciência pelas revistas especializadas ou pelos jornais das cidades, no particular, mais felizes(SILVEIRA,2006, vol. 1, p.164).

Vinte anos de atuação como uma “escola de cinema”, o CCB formou público para o cinema de arte e uma geração de cinéfilos e cineastas. Nomes como Glauber Rocha, Orlando Senna, Roberto Pires, Guido Araújo e José Umberto Dias contaram com a estrutura de sociabilidade do CCB para sua formação cinematográfica, repercutindo nas produções do Cinema Novo e no papel deles como atores sociais da cultura. Outra contribuição significativa do CCB foi o Primeiro Festival de Cinema na Bahia, em 1951. Em 1968, em parceria com a Universidade Federal da Bahia(Ufba), o Clube de Cinema esteve à frente do Grupo Experimental de Cinema da Bahia e do Curso Livre de Cinema, uma iniciativa inédita no Brasil.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Com a morte de Walter da Silveira, em 5 de novembro de 1970, o Clube de Cinema da Bahia desarticulou-se, sendo retomado em 1971 por Guido Araújo, cineclubista e documentarista. As atividades seguiram até 1974. Grande legado do CCB, a Jornada Internacional de Cinema surgiu em 1972, idealizada por Guido Araújo, tornando-se um elo entre cineclubistas. Em 2013, chega à sua 40ª edição.

De modo geral, ainda não há informações sistematizadas e publicizadas sobre os usos do cineclubismo baiano após o encerramento das atividades do Clube de Cinema da Bahia. Da década de 1970 aos anos 1990, certamente, nos rincões desse imenso estado, devem ter se mantido iniciativas inspiradas no fazer cineclubista. Podem ser citadas, por exemplo, duas experiências da cidade de Vitória da Conquista: o Clube de Cinema Glauber Rocha, nascido em 1975 e mantido até início dos anos 1980, e o Programa Janela Indiscreta Cine-Vídeo Uesb, fundado em 1992, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, e em atividade até os dias atuais.

Como no projeto de pesquisa ao qual nos referimos um dos objetivos específicos é localizar os cineclubes que se estruturaram na Bahia, na última década, com recursos destinados tanto pelo MinC, a partir de 2003, quanto pela Secult, a partir de 2007, está em andamento um levantamento geral e preliminar, pela equipe do projeto, sobre os cineclubes em atuação no Estado. Até o presente momento, o levantamento utilizou as seguintes fontes: lista de cineclubes cadastrados no Conselho Nacional de Cineclubes (CNC) e na União de Cineclubes da Bahia (UCCBA, implantada em 2010, vinculada ao CNC); lista de cineclubes contemplados em editais federais e estaduais; pesquisa na internet, em sites, blogs e redes sociais; contato com representantes territoriais vinculados à Secult e dirigentes culturais dos municípios dos territórios culturais baianos.

De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE, em 2006, do total de 417 municípios baianos, 14 tinham cineclubes, o maior número entre os estados nordestinos (BERTINI, 2008, p. 40). Em 2008, o 1º Fórum de Cineclubes da Bahia contabilizou 63 cineclubes (1º FÓRUM..., 2008). Uma carta



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

aberta UCCBA, divulgada em janeiro de 2012, aponta a existência de aproximadamente 200 cineclubes na Bahia. Segundo a carta, embora a maioria não tenha incentivo governamental, mantém atividades regulares, sendo mais de cem com exibições semanais (UCCBA, 2012). Em março de 2013, o Relatório de Gestão do CNC 2011/2012 indica 90 cineclubes baianos vinculados ao conselho (CONSELHO NACIONAL DE CINECLUBES, 2013). Já no site da 29ª Jornada Nacional de Cineclubes, que deverá acontecer em Salvador, em dezembro de 2013, são apontados 178 cineclubes, prefeituras, associações e entidades filiadas que desenvolvem atividade cineclubista. Cruzando esses dados e a partir das outras fontes supracitadas, foram identificados, até agora, 268 cineclubes na Bahia, sendo 63 na capital e 215 no interior.

Na Bahia, a Secretaria de Cultura do Estado tem atuado, a partir de 2007, em consonância e parceria com o Ministério da Cultura, no que diz respeito às políticas de incentivo aos circuitos alternativos de difusão. Exemplo disso é o acordo de cooperação para descentralização do Programa Mais Cultura, neste caso com o edital do Cine Mais Cultura, que prevê a distribuição de kits audiovisuais e oficinas de formação cineclubista para entidades contempladas.

CONCLUSÕES

Uma vez que empreendemos um percurso de compreensão histórico-conceitual de cineclube e cineclubismo, é necessário esclarecer, que, preliminarmente, os cineclubes referidos no levantamento geral não se restringem às delimitações formais trazidas, por último, pela já referida Instrução Normativa nº 63 da Ancine, que, até onde pudemos constatar, estão em concordância com as proposições do CNC, que, inclusive, dispõe de uma cadeira consultiva na SAV.

Como o passo seguinte é identificar, do quantitativo levantado, quantos e quais os cineclubes que estão ou não em funcionamento e quanto e quais deles têm



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

vinculação com algum edital de apoio federal e/ou estadual, será necessário levar em conta a formalização que possibilita essa inserção a ser checada. Isso não exclui, entretanto, que se possa considerar, de modo qualitativo, a concepção que o próprio “cineclubista” tem da sua prática, independentemente de qualquer enquadramento formal. Isso porque pressupomos que, assim como existem as iniciativas resultantes das políticas de incentivo, também podem existir aquelas surgidas de uma vinculação mnemônica ou tradicional, porque referidas a práticas pretéritas, ou ainda aquelas sem uma ou outra vinculação. Nesse sentido, é possível que a pesquisa possa também, além de identificar a vinculação entre as práticas e as políticas, proceder o levantamento de fatores intervenientes, individuais e sociais, relacionados a essas práticas.

O instrumento de pesquisa, quantitativo e qualitativo está em elaboração, e os passos seguintes são: o contato com os cineclubes, a aplicação/envio do questionário e a realização de visitas pela equipe do projeto a algumas regiões que concentram maior número de cineclubes.

REFERÊNCIAS

- 1º FÓRUM de Cineclubes da Bahia. *Folder de programação*. Lençóis: 2008.
- AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA. *Instrução Normativa Nº 63*. Brasília: 2007. Disponível em <http://www.ancine.gov.br/legislacao/instrucoes-normativas-consolidadas/instru-o-normativa-n-63-de-02-de-outubro-de-2007>. Acesso em 27/04/2013.
- BRUTUCE, Débora. Cineclubismo no Brasil: esboço de uma história. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 16, nº 1, p. 117-124, jan/jun 2003.
- CINEMATECA BRASILEIRA. *História*. Disponível em <http://www.cinemateca.gov.br/page.php?id=1>. Acesso em 27/04/2013.
- CONSELHO NACIONAL DE CINECLUBES. *Relatório de atividade da gestão do Conselho Nacional de Cineclubes Brasileiros – CNC (2011/2012)*. Santa Maria, 2013. Disponível em <https://docs.com/RPGP>. Acesso em 27/04/2013.
- GATTI, André. Cineclube. In RAMOS, F. e MIRANDA, L.F. *Enciclopédia do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Editora Senac, 2000. p. 128-130.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

- MACEDO, Felipe. *Cronologia do movimento cineclubista brasileiro*. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.utopia.com.br/cineclube>>. Acesso em 27/04/2013.
- MARCONDES, Marco Aurélio. O camarada do cinema. Entrevista concedida à Revista CineclubeBrasil. *Revista Cineclubebrazil*. São Paulo, ano 2, n. 2, p. 20-25, nov. abril 2004.
- MARZON, Melinalzar. *Cinema e Políticas de Estado*. Coleção Indústria cinematográfica e audiovisual brasileira. Vol. 1. São Paulo: Escrituras, 2009.
- MATELA, Rose Clair. *Cineclubismo: memória dos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2008.
- MOREIRA, F. R., BEZERRA, L. e ROCHA, R. A Secretaria do Audiovisual: políticas de cultura, políticas de comunicação. In: RUBIM, Albino (org.). *Políticas Culturais no Governo Lula*. Edufba: 2010.
- NUNES, Leopoldo. Entrevista concedida a Folha de São Paulo. In Governo Projeta Rede Alternativa de Cinema. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 2013. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/84566-governo-projeta-rede-alternativa-de-cinema.shtml>. Acesso em 27/04/2013
- PIMENTEL NETO, João Baptista. Cineclubes: uma rede em defesa dos Direitos do Público. In: MORAES, Geraldo. *O cinema de amanhã*. Brasília: Congresso Brasileiro de Cinema/ Coalizão Brasileira pela Diversidade Cultural, 2008.
- SENNA, Orlando. Um cineclubista no poder. Entrevista concedida à Revista CineclubeBrasil. *Revista Cineclubebrazil*. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 21-23, nov. 2004.
- SILVEIRA, Walter. Importância dos Clubes de Cinemas. In: *V Jornada Nacional de Cineclubes*. Mimeo. Salvador, 1965.
- _____. Um clube de cinema. In: DIAS, José Umberto. *Walter da Silveira: o eterno e o efêmero*. Vol. 1. Salvador: Oiti Editora e Produções Culturais Ltda., 2006.
- SIMIS, Anita. Concine – 1976-1990. *Políticas Culturais em Revista*, 2008. Disponível em <http://www.conselhosdecultura.ufba.br/pdf/Anita%20Simms%20-%20Concine.pdf>. Acesso em 27/04/2013.
- SOUZA, A. R. *A proteção do audiovisual e o cineclubismo: o caso do Cine Falcatrú*. Trabalho apresentado no XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional de Pós Graduação em Direito. Salvador, 2008. Disponível em http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/allan_rocha_de_souza-1.pdf. Acesso em 27/04/2013.
- UCCBA. *Carta Aberta dos Cineclubes da Bahia*. Disponível em: <http://cinemocamba.blogspot.com.br/2012/01/carta-aberta-dos-cineclubes-da-bahia.html> > Acesso em: 10/09/2012.